

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS**

MATHEUS SILVEIRA HUGO

**HOMONÍMIA E POLISSEMIA: uma abordagem teórico-pedagógica dos
processos de significação**

Porto Alegre

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS**

MATHEUS SILVEIRA HUGO

**HOMONÍMIA E POLISSEMIA: uma abordagem teórico-pedagógica dos
processos de significação**

Monografia apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Zandwais

Porto Alegre

2011

A todos aqueles que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui.

Em especial ao William, que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis e nunca me deixou desistir.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, quero agradecer ...

... à minha família que, apesar da distância, esteve sempre ao meu lado, me apoiando e dedicando parte de suas vidas a mim para que eu pudesse realizar meus sonhos. Obrigado por me possibilitarem mais esta conquista.

... à minha orientadora, professora Ana Zandwais, por todo o apoio e paciência a mim dedicados. Obrigado, professora, pela confiança, pela atenção e por tudo que a senhora me ensinou durante este percurso. Obrigado por me encorajar a seguir em frente.

... a todos os meus queridos colegas que compartilharam parte deste caminho comigo. Obrigado pelo apoio, pela amizade, pelos trabalhos em grupo, pelos grupos de estudo e por me darem o imenso prazer de fazer parte da vida de vocês.

William, obrigado por tudo, sempre. Obrigado pelo incentivo, pelo carinho, pelas dicas, pela paciência e por seres sempre o primeiro a ler o meu texto. Obrigado por dividir comigo todo o estresse deste final de semestre.

Os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes.

Eni P. Orlandi

RESUMO

Esta monografia tem o objetivo de investigar como diferentes teorias linguísticas entendem e descrevem o funcionamento da homonímia e da polissemia. Dessa forma, este trabalho procura comparar diversas visões, a fim de tornar mais clara a fronteira que separa esses dois processos. Para tanto, é feita uma exposição dos critérios utilizados por diferentes linguistas para estabelecer limites entre esses fenômenos e de como esses critérios afetam as condições de produção de conceitos que servem de ferramenta para a prática de ensino de língua materna. Num segundo momento, é feita a análise de quatro livros didáticos, direcionados para o ensino médio, com o objetivo de avaliar como esses manuais abordam os conceitos de homonímia, ambiguidade e polissemia e, de uma maneira mais ampla, como os autores desses livros entendem o processo de significação. Além disso, esta análise pretende, também, avaliar se os livros didáticos expandem a discussão para além dos limites da língua, levando em consideração a influência das condições históricas e sociais e da subjetividade quando tratam do funcionamento do sentido na linguagem.

Palavras-chave: Homonímia. Polissemia. Ambiguidade. Processo de significação.

ABSTRACT

This work sets out to investigate the ways different linguistic theories see and describe the functioning of homonymy and polysemy. Consequently, it seeks to compare numerous views in order to make the boundary which separates these two processes a little clearer. To this end, the criteria taken into consideration by different linguists to establish the limits between these phenomena are exposed, as well as how they can affect the conditions of concepts production which serve as tools to native language teaching. Subsequently, the analysis of four secondary school course books is done so as to evaluate how these manuals approach the concepts of homonymy, ambiguity and polysemy, and, in a broader way, how the authors of such books understand the process of signification. Furthermore, this analysis aims to evaluate whether the course books are able to expand discussion beyond language limits, taking into account the influence of historical and social conditions, as well as subjectiveness, when it comes to the functioning of meaning in the language.

Key-words: Homonymy. Polysemy. Ambiguity. Process of signification.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 HOMONÍMIA E POLISSEMIA: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO	10
2.1 UM CONTRAPONTO ENTRE HOMONÍMIA E AMBIGUIDADE SEGUNDO RUTH KEMPSON	10
2.2 FRANK PALMER E A IDENTIDADE DO SIGNIFICADO	14
2.3 JOHN LYONS E A SEMÂNTICA LINGUÍSTICA	17
2.4 A DUPLICIDADE DE SENTIDO EM RODOLFO ILARI E JOÃO WANDERLEY GERALDI	21
2.5 ENUNCIÇÃO E SENTIDO	23
2.6 LÍNGUA, DISCURSO E O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO	25
3 ANÁLISES DE LIVROS DIDÁTICOS	28
3.1 ANÁLISE DO LIVRO <i>PORTUGUÊS – DE OLHO NO MUNDO DO TRABALHO</i> , DE JOSÉ DE NICOLA E ERNANI TERRA.....	28
3.2 ANÁLISE DO LIVRO <i>PORTUGUÊS</i> , DE DOMINGUES MAIA	30
3.3 ANÁLISE DO LIVRO <i>REDAÇÃO EM CONSTRUÇÃO</i> , DE AGOSTINHO DIAS CARNEIRO	33
3.4 ANÁLISE DO LIVRO <i>LÍNGUA PORTUGUESA</i> , DE EMÍLIA AMARAL E COLABORADORES	36
4 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	45
ANEXO A – Exercício proposto por José de Nicola e Ernani Terra	46
ANEXO B – Exercícios propostos por Domingues Maia	47
ANEXO C – Exercícios propostos por Agostinho Dias Carneiro	48

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia procura investigar o funcionamento da homonímia e da polissemia por meio da análise das semelhanças e das diferenças a respeito dos conceitos trabalhados por diferentes autores. Sendo assim, pretendemos avaliar quais critérios e quais pressupostos teóricos tais autores utilizam para estabelecer essas diferenças e como essas diferenças afetam o sujeito-leitor.

A escolha do tema deu-se durante as aulas da disciplina de Semântica Frasal e Textual, onde exploramos os processos de significação em seus diferentes níveis: lexical, frasal e textual. No decorrer das aulas, tivemos a oportunidade de pensar a respeito do signo linguístico e como ele é capaz de modificar-se ao se inscrever em uma determinada ordem histórica.

Ao longo do semestre, fomos convidados a pensar a língua como um espaço de significação e, para isso, entramos em contato com as ideias de diversos linguistas e filósofos da linguagem, como Frank Palmer, Mikhail Bakhtin, Michel Bréal, entre outros. Tomando conhecimento das diferenças e semelhanças entre as teorias as quais fomos apresentados, no que diz respeito ao processo de significação, surgiu o desejo de desenvolver este trabalho de conclusão de curso na tentativa de abordar algumas características dos processos de polissemia e homonímia, bem como suas relações com a ambiguidade, fazendo uma espécie de comparação teórica entre elas. Para isso, seria necessário investigar perspectivas sobre o tema com base em reflexões de diferentes autores.

Como a professora Ana Zandwais, que àquela época ministrava a disciplina de Semântica Frasal e Textual, já havia trabalhado as ideias de Bakhtin e de Bréal a respeito da multiplicidade de sentidos, pensamos que seria interessante expandir esse tema buscando cotejar as teorias investigadas por outros autores. Ao comentar o meu interesse com a professora em escrever uma monografia a respeito desses dois fenômenos, ela sugeriu que eu buscasse a opinião de diferentes linguistas sobre o tema comparando, dessa forma, suas ideias. Assim nasceu este trabalho.

Na primeira parte desta monografia, o leitor é apresentado às ideias de inúmeros linguistas a respeito dos fenômenos da homonímia e da polissemia. Algumas vezes, no decorrer desta pesquisa, nossa discussão precisou ser mais pontual, esclarecendo as diferenças entre os dois processos e quais os critérios

utilizados pelos autores para diferenciá-los; outras vezes, a discussão tornou-se mais ampla, envolvendo o processo de significação da língua como um todo.

Tendo em vista que uma discussão teórica torna-se mais rica quando há um contraponto com o campo da prática, na segunda parte desta monografia é feita a análise de quatro livros didáticos direcionados para o ensino médio.

Essa investigação pretende avaliar como esses livros abordam assuntos referentes à multiplicidade de sentidos das palavras e como são trabalhados os conceitos de homonímia, polissemia, metáfora e ambiguidade nesses livros. Além disso, procuramos observar se essas definições são apresentadas de forma clara para os alunos, mostrando em que aspectos se diferenciam, e quais os critérios que os autores utilizam para marcar essas diferenças.

Os resultados desses estudos nos permitiram analisar de que modo os conceitos de homonímia, polissemia e ambiguidade são explorados (ou não) pelos livros didáticos e quais as consequências da ausência de aprofundamentos sobre os conceitos na elaboração de práticas pedagógicas.

2 HOMONÍMIA E POLISSEMIA: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

Nesta seção, veremos como diversos autores entendem os processos homonímicos e polissêmicos, bem como a relação que esses processos estabelecem com outros fenômenos da língua, como a ambiguidade e a metáfora. Para isso, passaremos por diferentes teorias, a fim de entender quais os critérios utilizados por linguistas e filósofos da linguagem para conceituar esses processos e para estabelecer limites entre eles.

2.1 UM CONTRAPONTO ENTRE HOMONÍMIA E AMBIGUIDADE SEGUNDO RUTH KEMPSON

De acordo com Ruth Kempson (1980), para entendermos a relação assimétrica entre forma e sentido, precisamos diferenciar dois outros conceitos: o de homonímia e o de ambiguidade. Para isso, observe a palavra *ralo*, inserida nas seguintes frases:

- (1) Essa semana preciso limpar o *ralo* da pia da cozinha.
- (2) Esse caldo de cenoura está muito *ralo*.

No exemplo (1), a palavra está sendo usada no sentido de tampa gradeada ou com furos colocada na abertura de esgotos ou outros encanamentos; e no exemplo (2), está caracterizando o caldo de cenoura como pouco denso ou espesso. A autora questiona se há apenas uma palavra – ralo – com diferentes significados, ou se esses exemplos contêm duas palavras distintas.

Segundo Kempson (1980), se considerarmos que existem duas palavras distintas, deve-se usar o termo *item lexical* ou *lexema*, ao passo que, se considerarmos que há apenas uma palavra com significados diferentes, deve-se usar *palavra*. A autora esclarece que “as palavras são frequentemente chamadas de item lexical e de agora em diante usaremos esse termo, deixando palavra para o complexo fonológico” (KEMPSON, 1980, p. 85). Por meio desse esclarecimento, já

se pode intuir como a autora lida com o fenômeno da homonímia. Para Kempson (1980), a homonímia é caracterizada pela existência de dois itens lexicais distintos que correspondem a uma mesma palavra fonológica.

Sendo assim, percebe-se que a autora entende a homonímia como um fenômeno ligado à ambiguidade e que pode ser resolvido e estudado dentro da própria língua, sem influência de fatores externos. É errôneo achar que é simples decidir, em relação a determinadas frases, se são ambíguas ou não e, por isso, o fenômeno da ambiguidade, apesar de parecer bastante delineado, não pode ser negligenciado.

Há inúmeros casos em que não fica claro se o item lexical ou a sentença são ou não ambíguas.

Kempson (1980) utiliza o item lexical *bom*, e suas variações, como exemplo; a princípio, não há evidência que diga que esse lexema é ambíguo. Contudo, ao inseri-lo na sentença “Ela tem *boas* pernas”, um leque de interpretações torna-se possível: *boas* pode adquirir o mesmo sentido de *sadias*, ou *bonitas*. Além disso, se o sujeito da sentença for uma atleta, *boas* pode significar que ela tem pernas que *funcionam bem*; ou ainda, se nos referirmos a uma égua, *boas* pode dizer que as pernas do animal funcionam para corridas. Muitas palavras da língua portuguesa seguem essa mesma lógica. Observe o seguinte exemplo:

(3) Manoel é um homem muito *forte*.

Da mesma maneira, a palavra *forte*, a princípio, não pode ser considerada ambígua. Contudo, da forma em que aparece em (3), podemos dizer que Manoel é um homem muito forte fisicamente, ou que Manoel é muito forte em relação à vida, ao enfrentar seus problemas, por exemplo.

Kempson (1980), ao tratar da dificuldade que existe em decidir se um item lexical é ou não ambíguo, está se referindo ao contexto e como ele pode influenciar no processo de significação. Como a autora segue uma linha formalista, ela não está interessada em descrever processos externos à língua. Contudo, as palavras não funcionam isoladamente, elas precisam estar inseridas em diferentes sentenças (contextos) para fazerem sentido, por isso *boas* e *forte* adquirem outros significados quando são contextualizadas.

Ao assumir essa visão formalista – e entender a língua como um sistema – a autora considera o funcionamento do signo sem levar em conta o sujeito, limitando, assim, a possibilidade de haver diferentes significados para um mesmo significante. Essa visão estruturalista assemelha-se à visão proposta por Saussure (2007) no Curso de Linguística Geral.

Saussure (2007) queria recolocar a língua sob as bases do positivismo, ou seja, transformar a ciência da linguagem em uma ciência autônoma e, por isso, coloca o objeto de estudo da linguística como uma realidade prioritária para os estudos da linguagem, de modo independente das possíveis relações que poderiam ter sido estabelecidas entre sujeito e objeto. Com essa visão formalista, Saussure (2007) entende a língua como produto, estabelecendo relações dicotômicas, nas quais o fundamental encontra-se no interior da própria língua.

Dessa forma, Saussure (2007) define a língua como um sistema de signos, no qual o significado e o significante tornam-se indissociáveis, estabelecendo entre si uma relação herdada de outras gerações e convencionada culturalmente.

Para Kempson (1980), então,

Esse fenômeno da ambiguidade múltipla das palavras (fonológicas) é conhecido como homonímia, termo tradicionalmente reservado ao significado não-relacionado das palavras. (KEMPSON, 1980, p. 85-86)

De acordo com Kempson (1980) – e também com outros autores que serão abordados a seguir – o que se encontra listado no léxico, ou seja, no dicionário teórico, são os itens lexicais e não as palavras e, para que se possa entender a explicação teórica do significado lexical, é necessário que o dicionário inclua uma especificação para cada item lexical distinto. Por exemplo, segundo essa linha teórica, o item lexical *real* deveria constar no dicionário da seguinte maneira:

Real¹ - próprio de realeza ou rei.

Real² - antiga moeda de Portugal e do Brasil.

Real³ - que tem existência palpável, concreta.

Tal exigência, segundo Kempson (1980), não parece tão controvertida quanto poderia parecer, uma vez que não “somos obrigados a dizer que um único item lexical tem um significado consistente comum a todas as suas ocorrências”

(KEMPSON, 1980, p. 86). Para exemplificar, Kempson (1980, p. 86) utiliza o item lexical *homem* nas seguintes situações:

- (4) O *homem* é mortal.
- (5) Um *homem* me bateu.

Nesse caso, voltamos a ter duas opções, uma é dizer que o significado do item lexical não é constante, mas varia de acordo com o contexto, e a outra é dizer que esse significado é constante, mas que as sentenças encerram dois itens lexicais, *homem* em (4), no qual homem representa o gênero humano; e *homem* em (5), em que homem representa um indivíduo. É interessante notar que essa é a primeira vez em que a autora utiliza a palavra *contexto* ao tratar do fenômeno da homonímia e é justamente essa palavra que carrega a força capaz de diferenciar a homonímia de outro fenômeno, a polissemia. Segundo Kempson (1980),

[...] mesmo usando o constructo do item lexical, teremos de deixar uma margem de variação de significado de contexto para contexto, fenômeno que se distingue tradicionalmente da homonímia pela palavra polissemia. (KEMPSON, 1980, p. 86)

Dessa forma, podemos perceber que a polissemia – diferentemente da homonímia – é um fenômeno externo à língua, ou seja, depende de fatores externos para ser entendido, por exemplo, fatores sociais e culturais.

Segundo Kempson (1980), ao tratarmos de polissemia, temos de ser capazes de especificar sistematicamente a interação que há entre o contexto e o item lexical.

Como apontado anteriormente, a autora segue uma linha de análise estruturalista e, por isso, não está interessada em discutir fatores externos à língua, como o contexto, mas sim em explicar a homonímia por meio da ambiguidade. Para exemplificar seu ponto de vista, Kempson (1980, p. 86) propõe as seguintes sentenças:

- (6) Ele *correu* na corrida de São Silvestre.
- (7) A bola *correu* para o campo.

Para a linguista, “nenhum desses exemplos parece ser um caso de metáfora” (KEMPSON, 1980, 86), já que cada vez que a palavra *correu* aparece, ela constitui um item lexical potencialmente diferente. Novamente a autora deixa claro que o exemplo deve ser considerado um caso de homonímia, pois entende o verbo *correr* como uma palavra dotada de dois tipos de ambiguidade, cada qual com uma representação semântica diferente: em (6) o referente de seu sujeito é animado e tem pernas; e em (7) se mantém a significação de rápido movimento direcional. É interessante notar que, para a autora, a polissemia é consequência do fenômeno da ambiguidade.

Nesse caso, o processo de significação é sim metafórico, uma vez que as propriedades semânticas do verbo *rolar*, o qual está subentendido, foram transferidas para o significante *correr*, uma vez que sabemos que uma bola não pode, literalmente, correr. O processo metafórico será explorado com mais detalhes na seção seguinte.

2.2 FRANK PALMER E A IDENTIDADE DO SIGNIFICADO

Nossa segunda reflexão será sobre a leitura de Frank Palmer (1986) que, ao contrário de Kempson (1980), irá desenvolver uma abordagem mais centrada na polissemia em detrimento da homonímia.

Segundo Palmer (1986), é difícil distinguir se dois significados são diferentes e, conseqüentemente, determinar quantos significados têm exatamente uma palavra. Observe o funcionamento do verbo *comer* nas seguintes frases:

(8) Ele *comeu* carne assada no almoço.

(9) Ontem *comi* um prato de sopa.

(10) Minha filha *comeu* todo meu dinheiro nesse final de semana.

O dicionário provavelmente fará distinção entre os significados apresentados em (8) e (9) e o significado apresentado em (10), uma vez que este não está sendo usado de forma literal, podendo ser substituído pela palavra *gastou*. Já se pensarmos na distinção entre (8) e (9), a dificuldade de distinguirmos esses dois

significados é muito maior. Apesar de estarem sendo usadas com o mesmo sentido – o de se alimentar – poderíamos distinguir as expressões *comer carne* de *comer sopa*, uma vez que no primeiro caso usamos garfo e faca, e no segundo usamos uma colher. Além disso, seria possível substituir o verbo *comer* em (9) pelo verbo *beber* sem causar alterações no sentido da frase, o que não ocorreria em (8).

Palmer (1986) questiona-se se há como estabelecer dois significados distintos para o verbo *comer* em (8) e (9); se isso fosse possível, o verbo *comer* deveria ter significações diferentes para cada tipo de alimento. Sendo assim,

[...] não devemos tentar encontrar todas as diferenças de significado possíveis, mas sim as semelhanças, e que não há nenhum critério definido sobre o estabelecimento de diferenças ou semelhanças. (PALMER, 1986, p. 80)

Para entendermos o funcionamento do verbo *comer* em (10) precisamos, antes, compreender o fenômeno da metáfora. Segundo Palmer (1986), a metáfora comporta um significado literal e um ou mais significados transferidos. Na frase (10), o verbo *comer* está sendo usado em seu sentido metafórico, uma vez que a ação de comer não aconteceu.

Na metáfora há a transferência das propriedades semânticas de um determinado significante para outros significantes; no exemplo (10), as propriedades semânticas do verbo *gastar*, o qual está subentendido, foram transferidas para outro significante, *comer*, visto que é pouco provável que alguém coma dinheiro literalmente. É interessante notar que, para Palmer (1986) é a metáfora que permite explicar o funcionamento da polissemia. Contudo, a metáfora é imprevisível, pois, apesar de todas as línguas trabalharem em cima de construções metafóricas, uma determinada palavra pode ser utilizada em seu sentido metafórico em uma língua, mas não em outra.

Por exemplo, palavras que designam partes do corpo são constantemente usadas em sentido metafórico, como em *pé da mesa*, *olho do furacão*, *língua do sapato*, etc. Contudo, em português, diferentemente do inglês, não se diz *o olho da agulha*, mas sim *o buraco da agulha*. Exemplos como esse acontecem na maioria das línguas, por isso diz-se que a metáfora é imprevisível, pois funciona de maneira diferente conforme o sistema linguístico em que estiver inserida.

Apesar de abordar mais precisamente as diferenças que existem entre a homonímia e a polissemia, Palmer (1986) adota um critério análogo ao de Kempson (1980) para analisar essas diferenças, uma vez que, para o autor, quando se tratar de um caso de polissemia, haverá uma palavra com múltiplos significados e, quando se tratar de um caso de homonímia, haverá duas palavras com significados distintos, mas com a mesma forma. Além disso, assim como Kempson (1980), o autor faz uso do dicionário para estabelecer essa diferença: palavras homônimas terão mais de uma entrada, ao passo que palavras polissêmicas terão apenas uma entrada. Contudo, Palmer (1986) esclarece que esse critério não basta para a classificação, já que, muitas vezes, as decisões do dicionarista parecem arbitrárias.

Outro ponto importante levantado por Palmer (1986) diz respeito à etimologia das palavras, ou seja, para o autor o estudo da origem das palavras pode ajudar o pesquisador a fazer a diferenciação entre homonímia e polissemia. Dessa forma, palavras com formas idênticas, mas com origens diferentes serão tratadas como homônimas, e palavras com origem comum serão tratadas como polissêmicas. Todavia, deve-se tomar muito cuidado ao adotar esse critério, uma vez que as línguas estão em constante evolução. Sendo assim, as relações entre as palavras também se modificam e evoluem, tornando difícil identificar o processo etimológico que pode, às vezes, induzir o pesquisador ao erro.

Um teste proposto por Palmer (1986) para diferenciar homonímia e polissemia é tentar encontrar um significado central ou um núcleo de significação. Isso só é possível quando se trata de um caso de polissemia, pois diz respeito a uma relação metafórica entre as palavras. Observe as seguintes sentenças:

(11) A *perna* da mesa da sala de jantar está quebrada.

(12) O rapaz quebrou a *perna* em um acidente de moto.

A palavra *perna* aparece nas duas sentenças, assumindo significações diferentes. Contudo, é possível encontrar um significado central que pode ser atribuído a essa palavra nas duas situações: algo que serve para dar sustentação.

Outro teste apresentado pelo autor, a fim de identificar uma palavra polissêmica, é encontrar os seus sinônimos. Segundo Palmer (1986),

Quando uma palavra é polissêmica tem, naturalmente, vários sinônimos que correspondem respectivamente a cada um dos seus significados. Geralmente, tem também um conjunto de antônimos. (PALMER, 1986, p. 85)

Por exemplo, o adjetivo *claro* pode ser usado com (a) *céu* e com (b) *cabelo*. Em (a), *claro* pode ser considerado antônimo de *nublado*, enquanto em (b) o antônimo mais adequado seria *escuro*. O mesmo acontece com a palavra *liso/lisa*, a qual pode aparecer com (a) *cabelo*, (b) *pele* e (c) *tecido*, cujos antônimos podem ser (a) *cresto*, (b) *enrugada* e (c) *estampado*. Levando em consideração o teste proposto por Palmer (1986), as palavras *claro* e *liso* são consideradas polissêmicas, pois possuem múltiplos significados. Por exemplo, podemos usar o termo *claro* para *céu* e para *cabelo*, contudo não podemos usar *nublado* para *cabelo*. O mesmo acontece com *liso*, o qual pode ser usado com *cabelo*, *pele* e *tecido*, porém o termo *estampado* não pode aparecer com *pele*, tampouco *enrugado* pode aparecer com *cabelo*. Combinações como essas não são possíveis porque os antônimos variam conforme os sentidos atribuídos a *claro* e *liso*.

Enfim, Palmer (1986) nos instiga a pensar em como funcionam esses dois fenômenos de significação da língua. O autor, por meio de suas inquietações e questionamentos, nos faz pensar no dinamismo da língua quando se trata de sentido. Não se pode criar classificações para diferenciar homonímia e polissemia; essas classificações podem nos auxiliar (e o autor nos mostra como), mas não devem (de)limitar o estudo, uma vez que a determinação do sentido é social e não se dá somente no eixo sincrônico da língua.

2.3 JOHN LYONS E A SEMÂNTICA LINGUÍSTICA

Em seu livro *Linguagem e linguística, uma introdução*, John Lyons (1987) dedica um capítulo para discutir questões referentes à diversidade do significado. Segundo o autor, as discussões acerca dessa questão costumam ser tendenciosas e enganosas, levando-nos a pensar o significado como algo independente da linguagem e como algo homogêneo por natureza. Em contrapartida a essa visão tradicional, Lyons (1987) propõe desmembrar o conceito da palavra significado em

quatro outros conceitos, são eles: *significado lexical*, *significado de sentença*, *significado gramatical* e *significado de enunciado*.

De acordo com o autor, não se pode dar conta de um significado sem se dar conta de outro. Por exemplo, o significado de uma sentença depende do significado de seus lexemas constituintes e o significado dos lexemas dependerá do significado da sentença em que aparecem. Da mesma maneira, a estrutura gramatical das sentenças também é relevante para a determinação do significado, assim como o enunciado onde a sentença está inserida.

Segundo Lyons (1987), a distinção entre esses “níveis de significado” é imprescindível para o estudo comparativo da homonímia e da polissemia, uma vez que pensar em enunciação é pensar na língua como um sistema heterogêneo, em que língua e fala funcionam de forma articulada.

É interessante notar que Lyons (1987), assim como Kempson (1980), antes de diferenciar homonímia de polissemia, propõe que seja feita uma distinção entre *lexema* e *palavra*, mas essa distinção não é a mesma apresentada pela autora. Enquanto Kempson (1980) diz que quando existem duas palavras distintas, deve-se usar o termo *item lexical* ou *lexema*, e quando há apenas uma palavra com significados diferentes, deve-se usar *palavra*, Lyons diz que “nem todos os lexemas são palavras” (LYONS, 1987, p. 141). Por exemplo, existe o que o autor chama de “lexemas sintagmáticos”, cuja forma é um sintagma, mas que possuem um sentido “restrito”. Observe as seguintes frases:

(13) Eduardo é um *cabeça-oca*, esqueceu minha mala na rodoviária.

(14) Nunca vi alguém tão *bicho-do-mato* quanto o novo aluno que chegou na escola essa semana.

(15) Aquele maratonista é um *pé-de-vento*, deixou os outros competidores para trás.

Cabeça-oca, *bicho-do-mato* e *pé-de-vento* são exemplos de lexemas sintagmáticos, pois são semanticamente idiomáticos, ou seja, funcionam em sentido metafórico e, na maioria das vezes, perdem seu sentido original ao serem traduzidos para outro idioma. Em contrapartida, existem as expressões/palavras não-idiomáticas com significado fixo.

Segundo o autor, não há um critério universalmente aceito que permita traçar uma distinção entre lexemas sintagmáticos e expressões fixas, uma das razões pelas quais o vocabulário de uma língua, apesar de finito, tem tamanho indeterminado, o que dificulta traçar diferenças entre homonímia e polissemia.

Assim como os autores citados anteriormente, Lyons (1987) considera como homônimas palavras diferentes, mas que possuem a mesma forma. Contudo, para o autor, a definição tradicional de homonímia precisa de um refinamento, a qual permita vários tipos de homonímia parcial.

Qualquer aperfeiçoamento dessa ordem também precisaria de uma consideração sobre a possibilidade de não-coincidência entre as unidades da língua escrita e falada: ou seja, a possibilidade de haver homófonos não homógrafos, e vice-versa. (LYONS, 1987, p. 142)

Lyons diz que a polissemia (ou significado múltiplo), em contrapartida, é uma propriedade de lexemas simples e que “aí está a diferença, a princípio, entre homonímia e polissemia” (LYONS, 1987, p. 142).

Segundo o autor, todos os dicionários-padrão respeitam a distinção entre homonímia e polissemia. Por exemplo, o dicionário Houaiss (2004) traz a palavra *manga* com duas entradas:

¹manga s.f. parte da roupa sobre o braço.

²manga s.f. fruto da mangueira, suculento e doce, de polpa carnosa, geralmente amarela.

Em contrapartida, traz a palavra *víbora* com apenas uma entrada, porém com mais de um sentido:

víbora s.f. **1** nome comum a diversas serpentes encontradas na Europa, África e Ásia. **2** fig. pej. pessoa má, traiçoeira.

Por meio desses exemplos, é possível observar que os dicionaristas, em geral, tratam como um caso de homonímia palavras com mais de uma entrada e com sentidos distintos, como no caso da palavra *manga*. Já quando um único lexema apresenta significados diferentes, como a palavra *víbora*, é tratado como um

caso de polissemia. É interessante notar que, inclusive, é feita uma observação para avisar que a palavra está sendo usada em seu sentido *figurado*, ou seja, *metafórico*. Mas como é possível traçar as fronteiras entre as duas?

Assim como Palmer (1986), Lyons (1987) discute o critério etimológico para fazer essa diferenciação, ou seja, palavras que não têm a mesma origem são consideradas homônimas e não polissêmicas. Contudo, seguindo a mesma linha de pensamento proposta por Palmer (1986), o autor diz que “o critério etimológico é irrelevante para a linguística sincrônica” (LYONS, 1987, p. 142) e que, embora alguns lexicógrafos insistam que essa é uma condição suficiente para fazer a diferenciação entre homonímia e polissemia, ela não é, sequer, a mais importante das condições diferenciadoras.

De acordo com Lyons (1987, p. 142), “a principal consideração é haver relação entre significados”, ou seja, é aquilo que Palmer (1986) chamou de “núcleo de significação”: os significados de um lexema polissêmico único são normalmente relacionados entre si; é quando as propriedades de um determinado significante são atribuídas a outro. Se essa condição não for satisfeita, o lexicógrafo falaria de homonímia e não de polissemia.

A distinção entre homonímia e polissemia, embora suficientemente fácil de ser formulada, é difícil de ser aplicada com segurança e coerência, uma vez que os lexemas não têm um número determinado de significados distintos. Faz parte da essência das línguas os significados se mesclarem entre si e serem indeterminadamente aplicáveis.

Palmer (1986) compartilha dessa ideia quando afirma que é impossível encontrar todas as diferenças de significados possíveis entre as palavras. Essas características dos lexemas tornam impossível tratar todos os casos como homonímia – como foi proposto por alguns pesquisadores.

A forma mais fácil de resolver o problema, segundo o autor, seria abandonar completamente os critérios semânticos na definição do lexema e considerar somente os critérios sintáticos e morfológicos. Sem dúvida essa seria uma “solução” muito radical e apenas iria “mascarar” o problema, uma vez que não seria possível tratar de fenômenos que estão intimamente ligados à noção de sentido sem levar em conta critérios semânticos.

2.4 A DUPLICIDADE DE SENTIDO EM RODOLFO ILARI E JOÃO WANDERLEY GERALDI

Como dito anteriormente, linguistas com uma base teórica estruturalista irão sempre entender a língua como um sistema, em que os fenômenos linguísticos poderão ser explicados dentro desse próprio sistema, sem influências externas. Ilari e Geraldi (2006) seguem essa linha teórica e apresentam uma visão a respeito da duplicidade de sentido estreitamente ligada à ambiguidade.

Segundo os autores, “a homonímia é frequentemente a raiz da ambiguidade ou dupla leitura de frases” (ILARI e GERALDI, 2006, p. 57). Contudo, a ambiguidade pode, também, estar ligada à estrutura sintática de uma determinada frase, são as chamadas “ambiguidades estruturais”. Observe os seguintes exemplos:

(16) Maria pegou a embalagem do celular novo que estava dentro da gaveta.

(17) O menino pediu ao pai para comprar um sorvete.

Nesses casos, a ambiguidade não está ligada à homonímia, mas sim a estrutura das frases. Em (16), não podemos definir qual objeto estava dentro da gaveta, se a embalagem ou o celular; e em (17), não sabemos se o menino pediu permissão ao pai para comprar ele mesmo o sorvete, ou se o menino pediu para que o pai comprasse o sorvete. Um exemplo de ambiguidade ligada à homonímia seria:

(18) Onde posso encontrar um banco?

Nesse caso, o que causa a ambiguidade é a palavra *banco* e não a estrutura da frase como mostrado anteriormente. A ambiguidade acontece porque o sujeito em (18) pode estar perguntado onde ele pode encontrar uma instituição financeira, ou onde ele pode encontrar um lugar para sentar; *banco* é uma palavra homônima.

É interessante notar que os autores, contraditoriamente, tratam como ambiguidade inclusive fenômenos externos à língua, fenômenos esses que dependem do contexto e da interpretação subjetiva do interlocutor para o processo de significação. Observe o exemplo proposto por Ilari e Geraldi (2006, p. 57):

(19) José não consegue passar perto de um cinema.

Segundo os autores, essa ambiguidade não diz respeito ao que significa literalmente, mas às informações que o locutor poderia verossimilmente transmitir para seu intermediário sobre a maneira como José se relaciona com o cinema. Ora, se é pouco provável que essa frase seja interpretada de maneira literal, ou seja, que José é fisicamente incapaz de passar perto de um cinema, o entendimento da sentença dependerá do contexto e da interpretação subjetiva de cada interlocutor.

Sendo assim, essa frase não pode ser considerada ambígua, uma vez que a ambiguidade pode ser resolvida estruturalmente, dentro da própria língua.

Essa sentença está sujeita a significações diferentes, mas a multiplicidade de sentidos não depende da estrutura linguística. Como proposto pelos autores, alguém poderia dizer que José é fanático por cinema e não consegue passar perto de um sem entrar e assistir ao filme em cartaz, enquanto outra pessoa poderia achar que José tem horror a cinemas e não consegue nem chegar perto de um. O mesmo acontece com as seguintes sentenças:

(20) Que bonito o que vocês fizeram na cozinha!

(21) O filho da vizinha não pode ficar sozinho nem por um minuto.

Essas frases poderiam ser consideradas ambíguas para os autores, uma vez que estão sujeitas a mais de uma interpretação. Contudo, não é a estrutura interna das frases que determina a multiplicidade de sentido, muito menos uma palavra homônima como no caso do exemplo (18). Em (20), alguém poderia supor que a pessoa que disse essa frase está elogiando a reforma que foi feita na cozinha, ou que se trata de uma mãe furiosa ao encontrar os filhos bagunçando toda a cozinha. Já em (21), pode-se interpretar que o filho da vizinha é muito irresponsável e por isso não pode ficar sozinho, ou que ele não pode ficar sozinho simplesmente porque tem medo. A interpretação dessas sentenças depende de fatores externos à língua, como o contexto que, conforme Halliday (1989 *apud* BARBISAN, 1995) vai além do que é dito e escrito, e inclui o não-verbal, o quadro total no qual a sentença se desenvolve e onde deve ser interpretado e, por isso as sentenças não podem ser consideradas ambíguas em virtude de fatores meramente linguísticos.

Outras leituras ainda seriam possíveis para as sentenças (19), (20) e (21), mas nenhuma delas poderia ser expressa fazendo-se alterações na estrutura da frase. Apesar de os autores reconhecerem que o contexto linguístico e extralinguístico influenciam no entendimento da sentença, eles classificam casos como esses como um tipo particular de ambiguidade.

2.5 ENUNCIÇÃO E SENTIDO

Nesta seção será feita uma reflexão a respeito das ideias dos linguistas Michel Bréal e Émile Benveniste que, ao contrário dos demais autores, consideram a enunciação como um processo que determina a multiplicidade de sentidos. Sendo assim, eles deixam de ocupar-se com fenômenos exclusivos da língua – como ambiguidade e homonímia – o que os leva a pensar a polissemia como fator determinante para o processo de significação.

Segundo Émile Benveniste (1989),

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.
O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a fala? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação; é o ato mesmo de produzir um enunciado [...]. (BENVENISTE, 1989, p. 82)

Sendo assim, a enunciação constitui-se por um processo que envolve a intersubjetividade e o contexto, ou seja, depende do locutor e do interlocutor para a determinação do significado. É o enunciado que permite ao sujeito se constituir subjetivamente no seu dizer, a fim de produzir um discurso singular para o outro da sua alocação e, por isso, o significado do enunciado é tão amplo, pois as marcas enunciativas podem modificar o sentido das sentenças e das palavras. Dessa forma, todo o processo de significação é afetado pela enunciação, o que significa dizer que o sentido é afetado por inúmeros fatores externos à língua e vai depender da relação que se estabelece entre locutor e interlocutor.

Conforme Benveniste (1989), no que diz respeito ao processo de significação,

[...] a questão – muito difícil e pouco estudada ainda – é ver como o “sentido” se forma em “palavras”, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância. (BENVENISTE, 1989, p. 83)

Pensar na enunciação como fator determinante na multiplicidade de sentidos significa pensar na relação que se estabelece entre os diferentes sentidos atribuídos a uma mesma palavra e em como essa relação influencia no processo de significação. Dessa forma, seria artificial usar o critério definido pelos dicionaristas para distinguir palavras homônimas de polissêmicas, uma vez que, para esses autores, a língua é entendida como um processo, em que as palavras estão sempre sujeitas à incompletude e, por isso, são potencialmente polissêmicas.

Segundo Bréal (2008), os sentidos de uma mesma palavra coexistem na língua, uma vez que podemos empregar o mesmo termo alternativamente no sentido próprio ou no sentido metafórico, e isso vai depender de um ato individual de utilização da língua, ou seja, da enunciação. Para o autor, a polissemia é essa multiplicação de sentidos que acontece à medida que uma significação nova é atribuída a uma dada palavra.

Bréal (2008) explica que esses sentidos não se contradizem um ao outro justamente porque “as palavras são colocadas cada vez num meio que lhe determina antecipadamente o valor” (BREAL, 2008, p. 104). Sendo assim, se vamos até uma livraria e pedimos uma caixa de *percevejos*, o atendente não vai pensar de modo algum em nos entregar uma caixa cheia de insetos. Em situações como essa não temos nem mesmo o trabalho de suprimir os outros sentidos da palavra, esses sentidos não existem para nós, não ultrapassam o limiar de nossa consciência. Isso acontece tanto para quem escuta quanto para quem fala, o pensamento do locutor acompanha o pensamento do interlocutor e vice-versa.

Deste modo, cada vez que uma nova acepção é atribuída a um vocábulo cria-se uma nova palavra. Não seria correto, então, considerar as palavras como signos que desaparecem de uma vez, já que o sentido original de tal palavra pode cair em desuso e sobreviver, entretanto, com uma outra acepção. Um exemplo seria a palavra *mediocre*, que no seu sentido original designa algo de qualidade mediana, e que hoje, na grande maioria das vezes, é empregada para designar algo de qualidade inferior, ruim.

Enfim, levar em consideração a influência de fatores externos à língua durante o processo de significação é, também, entender a linguagem como uma atividade significativa por excelência; a significação não é algo que possa ser atribuída à linguagem, mas sim algo que faz parte da sua própria natureza.

2.6 LÍNGUA, DISCURSO E O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO

Nesta seção, veremos como a materialidade histórica é capaz de influenciar o processo de significação. Para isso, tomaremos por base a teoria da análise do discurso que, de acordo com Orlandi (2006):

[...] tem seu método e seu objeto próprios que tocam os bordos da linguística, da psicanálise, do marxismo, mas que não se confundem com eles... a análise do discurso pressupõe a psicanálise, a linguística e o marxismo. E os pressupõe na medida em que se constitui da relação de três regiões científicas: a da teoria da ideologia, a da teoria da sintaxe e da enunciação, e a *teoria do discurso como determinação histórica dos processos de significação*. (ORLANDI, 2006, p. 13) [grifo meu]

Dessa forma, a análise do discurso mostra que o sócio-histórico e o linguístico se relacionam de maneira constitutiva e não de maneira periférica, ou seja, a exterioridade da língua é constitutiva do dizer e tem influência direta na multiplicidade de sentidos. Sendo assim, para a análise do discurso a língua não é apenas um instrumento de comunicação, em que a relação entre locutores se dá em forma de estímulo e resposta, pois ambos – enunciador e destinatário – já estão tocados pelo simbólico, o qual é resultado do efeito de sentidos entre os sujeitos.

Bakhtin (1995), em *Marxismo e filosofia da linguagem*, diz que a materialidade do simbólico é a língua, justamente porque é por meio da linguagem que os objetos deixam de ter um valor primário e se tornam ideológicos, ou seja, são percebidos como símbolos. E para que isso aconteça, é necessário que o signo linguístico se inscreva numa determinada ordem histórica. Por exemplo, a palavra *maçã* tem um valor primário que é o de alimento, uma fruta. Contudo, ao se inscrever numa ordem histórica religiosa (discurso bíblico), esse signo adquire um valor ideológico de pecado e/ou transgressão. Da mesma maneira, esse objeto pode

representar tecnologia, uma vez que é o símbolo de uma conhecida empresa de computação.

Então, para Bakhtin (1995) o signo é constitutivamente polissêmico, pois não existe um valor simétrico entre o significante e o significado; a cada modo de inscrição de um signo na história, o significado muda. O valor das palavras não é totalmente linguístico, e a materialidade do signo depende de fatores culturais, sociais e históricos. De acordo com Zandwais (2005), a partir de uma definição bakhtiniana de signo:

[...] o signo é formalmente vago e, semanticamente, polissêmico, considerando que a materialidade linguística do signo nada diz a seu respeito, e quando o faz, isto se dá em virtude da contingência sócio-histórica em que o signo funciona. (ZANDWAIS, 2005, p. 139-140)

Sendo assim, o que determina a ideologia? Para Bakhtin (1995) é a própria massa falante, a qual determina, também, a história de uma nação. As formas do signo são condicionadas tanto pela organização social dos indivíduos como pelas condições em que a interação entre eles acontece. Uma modificação dessas formas ocasiona uma modificação do signo; é por meio da linguagem que se entende como um corpo social apreende a realidade. A palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais. Por isso chamar alguém de capitalista na Coreia do Norte terá um valor muito mais negativo caso isso acontecesse no Brasil ou nos Estados Unidos, por exemplo.

Pêcheux (1969) tem uma visão análoga a de Bakhtin (1995), pois entende que o sentido não pertence ao sujeito, mas é resultado da relação entre os sujeitos históricos e, dessa forma, é constantemente transformado pela historicidade das práticas sociais. Ou seja, não temos controle sobre os sentidos que, segundo Orlandi (2010) dependem do trabalho da ideologia, do inconsciente e dos processos histórico-sociais de discursividade dos sujeitos.

Pêcheux (1969 *apud* ORLANDI, 2006) diz que o efeito metafórico, e, portanto, polissêmico, é um fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, ou seja, esse efeito – característico de todas as línguas naturais – acontece quando há um deslizamento de sentido, o que leva a considerar a interpretação como constitutiva da própria língua. Dessa forma, a metáfora não

deixa de ser um vestígio da historicidade causadora desse deslize de sentido, que é próprio da ordem simbólica.

Enfim, os autores trabalhados nas duas últimas seções dialogam bastante, uma vez que concebem a polissemia como um fenômeno comum a todas as línguas naturais, ou seja, entendem que a multiplicidade de sentidos faz parte da natureza da linguagem. Podemos afirmar, após essa leitura, que todas as palavras estão sujeitas a adquirirem outro significado, conforme o lugar sócio-histórico onde se inserem. As palavras se adaptam ao meio que, antecipadamente, determina o seu valor.

3 ANÁLISES DE LIVROS DIDÁTICOS

Nesta seção serão analisados quatro livros didáticos direcionados para o ensino médio, a fim de avaliar como esses livros abordam assuntos referentes à multiplicidade de sentidos e como são apresentados os conceitos de homonímia, polissemia e ambiguidade.

3.1 ANÁLISE DO LIVRO *PORTUGUÊS – DE OLHO NO MUNDO DO TRABALHO*, DE JOSÉ DE NICOLA E ERNANI TERRA

José De Nicola e Ernani Terra são autores de diversas obras na área de língua portuguesa, como *Gramática de hoje*, para o ensino fundamental; *Práticas de linguagem – leitura e produção de textos*, para o ensino médio; e *Português para o ensino médio – Série Parâmetros*. Ernani Terra é formado em Letras pela Universidade de São Paulo e tem larga experiência como professor em diversas escolas e cursos preparatórios para vestibular; José De Nicola é licenciado em Letras, com especialização em ensino de língua e literatura, é professor de literatura desde 1968 e já trabalhou em inúmeras escolas e cursinhos preparatórios para vestibular.

A obra escolhida para análise, no que diz respeito aos processos de significação, foi o livro *Português – de olho no mundo do trabalho (2004)*, volume único, voltado para os três anos do ensino médio. Para tal, é importante que entendamos como o livro está organizado.

Os autores dividiram o livro em três grandes áreas: produção de textos, gramática e literatura. A justificativa dos autores para essa divisão é a de que:

[...] quando tomamos a palavra, precisamos saber claramente com quem estamos falando, por que estamos falando, o que queremos com nossa fala; ao mesmo tempo, precisamos ter o domínio das estruturas que a língua nos oferece, para que possamos construir de modo eficiente as nossas falas. (NICOLA e TERRA, 2004, p. 3)

A explicação não é satisfatória. Parece que os autores estão justificando o porquê de se ensinar gramática e não o porquê de terem dividido o livro de tal forma.

Outra questão importante a ser levantada é que essa divisão prejudica a relação entre a parte de produção textual e de gramática. Essas partes deveriam estar em contato constante durante todo o livro, afinal de nada adianta trabalhar gramática em sala de aula sem mostrar para os alunos como a língua funciona na prática textual.

O texto não deve ser utilizado apenas como um suporte para o ensino de gramática, ele deve orientar todo o trabalho feito em sala de aula. Então, quando os alunos recebem um livro didático com essa divisão, é provável que eles tenham mais dificuldade em relacionar texto e gramática; será mais difícil para eles enxergarem que também, e principalmente, aprende-se gramática quando há leitura e produção textual.

Feita esta apresentação inicial do livro, veremos como os autores tratam das questões relacionadas à significação. A parte de gramática está dividida em três unidades, são elas: fonologia, morfologia e sintaxe, as quais estão divididas por capítulos.

O livro inclui *parônimos* e *homônimos* na unidade de fonologia, dentro do capítulo de ortografia. Os autores classificam os parônimos como “palavras parecidas na grafia ou na pronúncia, mas com significados diferentes” (NICOLA e TERRA, 2004, p. 197); e os homônimos como “palavras que têm a mesma pronúncia (às vezes a mesma grafia), mas significados diferentes” (NICOLA e TERRA, 2004, p. 197). Esses são os dois únicos conceitos trabalhados, os autores não tratam de polissemia em nenhum momento do livro.

Os exemplos trazidos pelos autores para parônimos incluem: a diferença entre *cavaleiro* e *cavalheiro*, *emigrar* e *imigrar*, *inflação* e *infração*, dentro outros. Já os exemplos de homônimos incluem: a diferença entre *ascender* e *acender*, *acento* e *assento*, *cela* e *sela*. Analisando esses exemplos e levando em consideração que o conteúdo está incluído na unidade que diz respeito à fonologia, dentro do capítulo de ortografia, pode-se perceber que os autores estão preocupados somente em estabelecer a relação entre a grafia e a pronúncia das palavras.

O livro não traz exemplos contextualizados e, portanto, não mostra como as palavras mudam de significado ao adaptarem-se a diferentes contextos, nem como o

sentido das palavras pode ser afetado por um ato individual e subjetivo de utilização da língua. Além disso, os autores, ao tratarem de homonímia, apenas apresentam exemplos de palavras homófonas não homógrafas; não é mostrado no livro nenhum exemplo de homonímia perfeita, o que dificulta fazer a relação entre forma e sentido.

O livro tem uma seção chamada *teoria na prática*, onde são propostos exercícios de fixação. O exercício correspondente aos parônimos e homônimos é o seguinte (ANEXO A):

Preencha as lacunas das frases seguintes com a palavra adequada.

- a) Heloísa sempre agia com muita *. (descrição/dscrição)
- b) O feminino de * é dama. (cavaleiro/cavalheiro)
- c) A empregada guardou os ingredientes na *. (despensa/dispensa)
- d) Pelo último *, somos mais de cento e setenta milhões. (censo/senso)
- e) O juiz * o réu. (absolveu/absorveu) (NICOLA e TERRA, 2004, p. 201)

Pode-se perceber que o exercício proposto não diz respeito à relação forma e sentido, mas sim à relação grafia e pronúncia, tanto que nenhuma das frases apresenta palavras homônimas perfeitas.

É dessa maneira, extremamente limitada, que o livro esgota a investigação a respeito da relação forma e sentido das palavras. Os autores não trazem, sequer, questões relacionadas à ambiguidade que, como proposto por Kempson (1980) e Ilari e Gerdali (2006), está diretamente ligada ao fenômeno da homonímia.

3.2 ANÁLISE DO LIVRO *PORTUGUÊS*, DE DOMINGUES MAIA

O próximo livro a ser analisado chama-se *Português*, da série Novo Ensino Médio, de João Domingues Maia. O autor é doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, além de possuir especializações em Linguística e Teoria da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O livro é dividido em 49 unidades, nas quais os conteúdos de gramática, literatura e produção textuais são apresentados, não há uma divisão prévia entre essas áreas como no livro analisado na seção 2.1. Cada unidade apresenta um texto que norteia toda a discussão ao longo do capítulo. Para análise e discussão desse texto, o autor propõe três métodos, os quais nomeou como *Margens do texto*, *Horizontes do texto* e *Intertextualidade*.

Em *Margens do texto*, o autor propõe que o professor aborde novas questões a respeito do texto em vez de fazer apenas perguntas fundamentais sobre o que foi lido, a fim de evitar as armadilhas de interpretação que decepcionam os jovens. Em *Horizontes do texto*, um tema é proposto para discussão; segundo o autor, as propostas dos debates devem estar relacionadas à realidade e questionamentos dos jovens em fase de formação e transformação. Por último, em *Intertextualidade*, o autor propõe que o professor mostre que as ideias podem ser reelaboradas com pontos de vista diferentes e que a criatividade e o saber são frutos da soma das nossas leituras e experiências diversas.

Após as seções de análise do texto, a unidade termina com as seções a respeito de literatura, produção de textos e gramática, as quais trazem conteúdos específicos sobre essas áreas de conhecimento.

Uma das subdivisões das unidades do livro chama-se *Comunicação e expressão*. É nela que o autor propõe o estudo do sentido das palavras e onde aparecem as definições de homônimos e parônimos. Maia (2003) diz que os homônimos podem ser:

Homônimos perfeitos, quando têm *a mesma grafia e pronúncia, mas sentidos diferentes*.
Homônimos homófonos, quando têm *a mesma pronúncia, mas grafias diferentes*.
Homônimos homógrafos, quando têm *a mesma grafia, mas pronúncia diferente*. (MAIA, 2003, p. 43) [*grifos do autor*]

Pode-se perceber que, diferentemente de Nicola e Terra (2004), o autor faz a distinção entre homônimos perfeitos, homófonos e homógrafos, contudo a explicação se limita a essas definições e a dois ou três exemplos para cada categoria. Não é feita nenhuma discussão ou comparação a respeito de polissemia, a qual não é citada em nenhuma parte do livro, nem a respeito de metáfora que, inclusive, só é abordada em outra unidade do livro.

A respeito dos parônimos o autor diz que “são vocábulos semelhantes na escrita e na pronúncia” (MAIA, 2003, p. 43). Após essa explicação extremamente sucinta, o autor propõe um exercício aos alunos no qual pede para eles completarem as frases com as palavras entre parênteses. Observe (ANEXO B):

- a) Acabada a cerimônia, os noivos receberam os *.
(comprimentos/cumprimentos)
- b) Qual é o * desta parede. (comprimento/cumprimento)
- c) Iremos todos ao * sinfônico. (concerto/conserto)

- d) O mecânico terminou o * do automóvel. (concerto/conserto)
 e) O diretor mostrou-se * com todos. (deferente/diferente)¹ (MAIA, 2003, p. 44)

É interessante notar que o exercício proposto por Maia (2003) é exatamente igual ao proposto por Nicola e Terra (2004), o que demonstra que o objetivo principal do autor também é explicitar a relação grafia/pronúncia e não a relação forma/sentido, já que não consta no livro nenhum exercício que exija que os alunos façam uma reflexão a respeito do sentido das palavras; o objetivo de Maia (2003) é fazer com que os alunos percebam que existem palavras semelhantes quanto à grafia e a pronúncia, e não que a uma única forma podem corresponder diferentes sentidos.

Como dito anteriormente, Maia (2003) também aborda o funcionamento da metáfora. Poder-se-ia supor que a partir daí o autor faria uma discussão a respeito da multiplicidade de sentidos e de como esses sentidos podem se modificar dependendo do contexto em que as palavras estão inseridas, já que a metáfora pode explicar o funcionamento da polissemia em relação ao funcionamento da homonímia. Contudo, não é isso que acontece. O primeiro equívoco do autor é trazer o conceito de metáfora separado do conceito de homonímia, uma vez que esses fenômenos lidam diretamente com a questão da significação. Seria ideal que o autor tratasse esses dois fenômenos em uma mesma seção, a fim de traçar um paralelo entre eles. Segundo Maia (2003):

A metáfora é uma comparação *implícita*, ou seja, não possui o termo comparativo. Baseia-se numa associação de ideias subjetivas: uma palavra deixa o seu contexto normal para fazer parte de outro contexto. (MAIA, 2003, p. 54) [*grifo do autor*]

O autor limita o conceito de metáfora a uma comparação, que se difere de uma comparação legítima apenas porque não possui o termo comparativo explícito, que é representado por expressões como *assim como*, *tal qual*, *como*. O exemplo de metáfora trazido pelo autor é “Teu corpo é a brasa do lume” (MAIA, 2003, p. 55), para explicar o exemplo, Maia (2003) o compara com “Teu corpo assemelha-se a brasa do lume” (MAIA, 2003, p. 55), que seria uma comparação, já que traz o comparativo “assemelha-se” de maneira explícita.

¹ O exercício continua até a letra “i”. Em seguida, o autor propõe um segundo exercício, com 18 frases, no qual pede para que os alunos façam a mesma coisa que fizeram no primeiro exercício.

A explicação se limita a isso, o autor não explora o efeito de sentido causado pela metáfora, tampouco explica como a significação das palavras pode variar e deslizar de uma para outra, que é o que acontece quando há o processo metafórico. A influência do contexto é apenas citada na sua explicação, não há nenhum exemplo que mostre como isso acontece e como uma determinada situação pode modificar o sentido das palavras.

Enfim, o livro de Maia (2003), apesar de trazer a diferença entre homônimos, homógrafos e homófonos, assemelha-se muito ao de Nicola e Terra (2004), ambos limitam-se a tratar a questão do sentido sem levar em conta a influência externa, tanto que nenhum dos autores aborda a questão pelo viés da polissemia, que é negligenciada. Parece que o objetivo primordial dos autores é deixar claro para os alunos a relação grafia/pronúncia sem, no entanto, esclarecer a relação forma/sentido que é infinitamente mais importante quando se trata de questões ligadas à significação.

3.3 ANÁLISE DO LIVRO *REDAÇÃO EM CONSTRUÇÃO*, DE AGOSTINHO DIAS CARNEIRO

No livro *Redação em construção*, voltado para o ensino médio, de Agostinho Dias Carneiro, há uma unidade denominada *Como evitar a ambiguidade*. É nela que vamos nos focar para discutir como o autor lida com esse fenômeno de multiplicidade de sentidos. Agostinho Dias Carneiro tem diversos livros publicados na área de interpretação e produção textual, além de possuir larga experiência como professor de língua portuguesa.

De acordo com o autor, “ocorre ambiguidade quando o leitor vacila diante de mais de uma possibilidade de entendimento do que foi expresso” (CARNEIRO, 1993, p. 109). Essa ambiguidade pode ser intencional ou não, para o autor a ambiguidade involuntária deve ser evitada, ao passo que sua ocorrência intencional em textos publicitários e poéticos não configura um problema.

Carneiro (1993) classifica a ambiguidade em duas categorias: polissêmica e estrutural. No primeiro caso, ela se dá devido a um vocábulo polissêmico, o qual

apresenta mais de um sentido; no segundo caso, ocorre devido a problemas de construção.

O autor se sai bem quando afirma que existe uma ambiguidade intencional que se opõe a uma que é involuntária, porém se confunde quando compara ambiguidade e polissemia; a polissemia não pode ser explicada por meio da ambiguidade, pois é um fenômeno do discurso e não da estrutura da língua.

Segundo Carneiro (1993), a ambiguidade derivada da polissemia pode ser evitada pelo esclarecimento maior do contexto. Ora, se o contexto pode esclarecer o significado de uma palavra polissêmica, é razoável afirmar que a polissemia não pode ser explicada por meio da ambiguidade, uma vez que a ambiguidade é um fenômeno interno à língua.

A seguir, observe alguns exemplos de ambiguidade estrutural propostos por Carneiro (1993, p. 108):

(22) João encontrou Maria e lhe disse que sua prima estava doente.

(23) A desorganização da empresa prejudicou a obra.

(24) O aluno enjoado saiu da sala.

(25) O juiz quis prorrogar a partida, mas o bandeirinha não quer.

Em (22), fica claro que se trata de um caso de ambiguidade estrutural, uma vez que não é possível especificar se a pessoa que estava doente era prima de João ou de Maria. Essa ambiguidade pode ser evitada ao se fazer modificações na estrutura da frase. Observe:

(22') João encontrou Maria e lhe disse que a prima dela estava doente.

Nos outros exemplos, contudo, a ambiguidade estrutural não parece muito clara. Em (23), a ambiguidade não se deve à estrutura da frase, mas sim à multiplicidade de sentidos da palavra *obra*, a qual pode significar *construção* ou *projeto*, por exemplo. O mesmo acontece em (24), em que *enjoado* pode estar classificando um aluno que está tendo enjoos, ou um aluno que é *chato*, *desagradável*; e em (25), em que a palavra *partida* pode estar se referindo a um *jogo* ou à *saída* do juiz.

Levando em consideração esses exemplos, pode-se perceber que Carneiro (1993) confunde ambiguidade estrutural com ambiguidade lexical, além de não fazer distinção entre homonímia e polissemia, já que *enjoado* é uma palavra polissêmica, pois pode adquirir o significado metafórico de *chato*; enquanto *partida* é uma palavra homônima, pois, como proposto por Palmer (1986), não há uma relação entre os significados *jogo* e *saída*.

Um dos exercícios propostos por Carneiro (1993, p. 110-111) pede para que o aluno identifique os possíveis sentidos das palavras em destaque. Observe (ANEXO C):

- (26) Havia uma **lima** sobre a mesa.
- (27) Suas **ações** lhe trouxeram riquezas.
- (28) O artista **pintou o sete** no comício da independência.
- (29) Sempre gostei do **preto no branco**.

Mais uma vez, ao tratar de multiplicidade de sentidos, o autor não faz distinção entre homonímia e polissemia. Em (26) e (27), *lima* e *ações* são palavras homônimas, pois *lima* pode designar uma *fruta* ou uma *ferramenta*, ao passo que *ações* pode significar *ações financeiras* ou *atos*. Já em (28) e (29), as expressões podem ser utilizadas em seu sentido literal ou metafórico. *Pintou o sete*, no sentido de *causar confusão*, e *preto no branco*, no sentido de *verdadeiro*, são aquilo que Lyons (1987) chamou de sintagmas lexicais, ou seja, são expressões semanticamente idiomáticas, metafóricas e que dependem do contexto em que estão inseridas para funcionarem. Carneiro (1993) não faz nenhuma distinção desse gênero, relacionando, dessa forma, os exemplos (26), (27), (28) e (29) ao fenômeno da ambiguidade.

Em contrapartida, o autor ganha pontos quando trabalha com a ambiguidade intencional. Observe os seguintes exemplos, retirados de campanhas publicitárias, propostos por Carneiro (1993, p. 109):

- (30) Valorize o seu cruzeiro. (Agência de viagens)
- (31) Na velocidade dos carros de hoje, segurem-se. (Companhia de seguros)
- (32) Qualidade que se prova. (Indústria de carnes em conserva)

(33) Encha seu filho de bolachas. (Indústria de biscoitos)

Em (30), a ambiguidade se dá devido ao uso da palavra *cruzeiro*, que pode significar uma *viagem de navio* ou o *dinheiro* do passageiro que será valorizado pela agência de viagens. Em (31), *segurem-se* pode ser sinônimo de *firmem-se* ou *façam um seguro*, fazendo uma relação entre a segurança do passageiro e a companhia de seguros. Em (32), a qualidade pode ser *comprovada* ou *saboreada*. Já em (33), o efeito cômico acontece porque *bolachas* pode significar *biscoitos* ou *tapas*.

Para que a ambiguidade desses exemplos seja compreendida e cause um impacto no leitor, é preciso que se conheça o contexto no qual eles estão inseridos, por isso o autor coloca, entre parênteses, o emissor da mensagem. Nesses casos, fica claro o quanto o contexto é essencial para a determinação do significado, e como os sentidos podem variar de acordo com atos individuais de utilização da língua.

Após uma leitura atenta do capítulo, pode-se perceber que a preocupação primordial do autor é ensinar aos alunos como evitar a ambiguidade, uma vez que muitos exercícios solicitam que seja feita a substituição do vocábulo causador da ambiguidade por um sinônimo não polissêmico. O problema é que não é feita uma discussão acerca da influência do contexto no processo de significação; é preciso que os alunos entendam que a escolha de uma determinada palavra pode modificar o contexto de uma frase inteira e que, da mesma forma, um dado contexto pode determinar o sentido que a palavra adquire. A questão não se resolve pela simples substituição de um vocábulo, mas sim porque essa substituição pode causar uma mudança drástica no contexto geral em que a sentença está inserida.

3.4 ANÁLISE DO LIVRO *LÍNGUA PORTUGUESA*, DE EMÍLIA AMARAL E COLABORADORES

O último livro a ser analisado chama-se *Língua Portuguesa*, da coleção *Novas Palavras*, de 2010, também direcionado para o ensino médio. Os autores são Emília Amaral, mestre em Teoria Literária e doutora em Educação pela Unicamp; Mauro Ferreira do Patrocínio, especialista em Metodologia de Ensino pela Unicamp;

Ricardo Silva Leite, mestre em Teoria Literária pela Unicamp; e Severino Antônio Moreira Barbosa, doutor em Educação pela Unicamp. Todos os autores têm larga experiência docente e atuam há mais de 20 anos como professores do ensino médio.

Assim como o livro de Nicola e Terra (2004), este livro é dividido em três grandes áreas: Literatura, Gramática e Redação e leitura. A parte de gramática apresenta duas unidades que serão analisadas nesta seção: uma delas é a unidade a respeito das figuras de linguagem, onde a metáfora é abordada; e a outra trata de noções de semântica, algo que não apareceu nos livros didáticos analisados anteriormente.

Os autores classificam a metáfora como uma figura de linguagem usada para fazer uma comparação mental. Como exemplo, os autores comparam as imagens de um circo e de um balão. Segundo Amaral (2004) e colaboradores,

[...] o circo não era, na realidade, um “balão aceso”, mas as semelhanças entre ambos possibilitaram que o autor *transferisse* para o circo características próprias do balão. Ele criou, assim, uma metáfora. (AMARAL et al, 2010, p. 241) [*grifo meu*]

É interessante notar que os autores entendem a metáfora como uma transferência de características, visão análoga a de Palmer (1986) que diz que a metáfora comporta um significado literal e um ou mais significados transferidos. Além disso, o livro traz uma seção denominada “O que dizem os linguistas”, que expõe a opinião de linguistas a respeito do conteúdo que está sendo trabalhado. Sobre a metáfora, os autores trouxeram a visão de Rodolfo Ilari em *Introdução à semântica: brincando com a gramática*, que diz que “temos metáfora toda vez que, indo além da simples apresentação de propriedades comuns, pensamos uma realidade nos termos de outra” (ILARI, 2004 *apud* AMARAL et al, 2010, p. 242).

É interessante que o livro traga exemplos de como a linguística entende determinados temas, pois isso faz o aluno ter uma visão mais geral sobre o que está sendo estudado, e não somente aquela visão gramatical e pedagógica que geralmente é apresentada nos livros didáticos.

O livro ainda aborda a metáfora por outra óptica, pois comenta a funcionamento das metáforas visuais, presentes em tiras humorísticas, charges e reportagens de revistas.

Na unidade referente a noções de semântica, os autores definem semântica como “o estudo da significação das palavras, expressões e enunciados que constituem os textos” (AMARAL et al, 2010, p. 267). Dos quatro livros analisados, somente este dedica um capítulo ao estudo da significação trazendo, inclusive, uma definição de semântica. É neste capítulo que são abordados os conceitos de homonímia, polissemia e ambiguidade.

Os autores classificam os homônimos em:

Homônimas perfeitas – palavras idênticas na grafia e na pronúncia.
 Homônimas homógrafas – palavras iguais apenas na grafia.
 Homônimas homófonas – palavras iguais apenas na pronúncia. (AMARAL et al, 2010, p. 271)

Por essa definição, pode-se ver que os autores não fogem da classificação usual trazida pelos livros didáticos. Assim como nos livros analisados anteriormente, não é feita uma discussão mais pontual a respeito da homonímia. Todavia, este é o único dos quatro livros que traz uma definição de polissemia. Para os autores,

Polissemia é o conjunto dos múltiplos significados que uma palavra pode apresentar. A polissemia é um recurso linguístico que amplia o sentido da mensagem e contribui para a expressividade do texto ao mesmo tempo que instiga, isto é, provoca nossa capacidade de compreender os jogos de significação dos enunciados. (AMARAL et al, 2010, p. 277)

Lidar com polissemia é lidar com o sentido, razão pela qual a grande maioria dos livros didáticos não aborda essa característica da língua, uma vez que lidar com o sentido implica lidar com questões contextuais que extrapolam os limites da língua como um sistema de regras. Para os autores é mais fácil escrever um livro que pareça claro aos olhos dos alunos e que apenas descreva essas regras, do que envolver questões mais complexas como a significação.

O livro de Amaral (2010) e colaboradores ganha pontos, pois considera a polissemia como um fenômeno que amplia o sentido de um enunciado. Isso possibilita que, um bom professor, ao trabalhar com esse livro didático, possa mostrar para os alunos a diferença no funcionamento da homonímia e da polissemia. Além disso, os autores trazem a visão de Mário Perini, em *Gramática descritiva do português*, a respeito desse fenômeno. Para Perini,

A polissemia é uma propriedade fundamental das línguas humanas [...] A polissemia confere às línguas humanas a flexibilidade de que elas precisam para exprimir todos os inúmeros aspectos da realidade. (PERINI, 2000 *apud* AMARAL et al, 2010, p. 276)

A visão de Perini amplia a noção de polissemia, pois o linguista afirma que essa é uma característica fundamental das línguas, ou seja, as palavras estão sempre significando de maneiras diferentes. É como diz Bréal (2008), todas as palavras têm o potencial para serem polissêmicas em algum grau.

O livro também traz o conceito de ambiguidade. Para os autores,

Dizemos que um elemento textual (palavra, expressão ou frase) apresenta ambiguidade quando é possível atribuir a ele mais de um sentido, mais de uma interpretação semântica. (AMARAL et al, 2010, p. 278)

É interessante acrescentar que os autores diferenciam quatro tipos de ambiguidade: a ambiguidade gerada pela polissemia, pela homonímia, pela estrutura sintática e pelo contexto. Os autores não definem cada uma delas, mas trazem exemplos para diferenciá-las.

Como exemplo de ambiguidade causada por polissemia, os autores utilizam a frase “cuidar bem do planeta está na nossa natureza” (AMARAL et al, 2010, p. 279). Segundo os autores, a palavra natureza é polissêmica, pois pode significar algo que é próprio de alguém, ou um conjunto de elementos que formam o ambiente (rios, animais, plantas). Lamentavelmente os autores não citam que a ambiguidade dessa frase é intencional, uma vez que foi veiculada por uma empresa fabricante de papel.

Os autores também não comentam que é próprio da polissemia causar uma confusão de sentidos, que será resolvida após uma leitura atenta, ou seja, é natural que a uma palavra polissêmica sempre seja atribuído mais de um sentido. Sendo assim, o processo polissêmico depende de inúmeros outros aspectos externos à língua. Já a ambiguidade faz parte do sistema interno da língua, por isso não seria possível explicar a polissemia por meio da ambiguidade.

A visão dos autores a respeito da ambiguidade gerada por homonímia e pela estrutura sintática assemelha-se à forma como os livros didáticos entendem esse fenômeno, que geralmente é explicado por meio da homonímia e da estrutura de constituintes. Para os autores, a solução para evitar esses tipos de ambiguidade

seria substituir a palavra em questão, ou organizar os constituintes de maneira a cancelar a ambiguidade.

Os autores tratam a ambiguidade gerada pelo contexto de uma maneira interessante, pois consideram o contexto como um fator essencial para a determinação do sentido. Contudo, o contexto só é trabalhado nessa parte específica do livro, sendo que o ideal seria que essa discussão perpassasse todo o capítulo a respeito da significação, já que segundo Orlandi (1995) um texto, nesse caso uma palavra ou um sentido, não é uma unidade fechada, pois sempre mantém relação com a exterioridade e com o contexto, seja ele imediato ou sócio-histórico, e é somente essa relação que pode determinar o sentido de uma dada palavra, expressão, etc.

Enfim, apesar do livro apresentar, em alguns momentos, uma visão limitada a respeito de certos assuntos, os autores trazem uma visão mais completa do processo de significação. Amaral (2010) e colaboradores se empenharam em tratar do assunto, dedicando, inclusive, um capítulo para apresentar noções básicas de semântica. Diferentemente dos outros livros analisados, os autores não esgotaram a discussão a respeito da multiplicidade de sentidos na homonímia, uma vez que trouxeram o conceito de polissemia, além de trazerem a visão de um linguista sobre o tema. Infelizmente, parece que livros didáticos que tenham esse tipo de preocupação são exceção nas escolas, já que parece existir uma certa resistência em abordar questões ligadas à significação.

4 CONCLUSÃO

Ao longo desta monografia, foram expostas as perspectivas de diferentes linguistas a respeito de polissemia, homonímia e ambiguidade. Pudemos perceber que a maneira como cada pesquisador entende esses fenômenos depende diretamente dos pressupostos teóricos em que baseiam seus estudos.

Sendo assim, ao longo deste estudo percebemos que alguns autores adotam uma perspectiva estritamente linguística, tendendo a tratar a homonímia e a polissemia de uma maneira mais formalista. Nessa perspectiva, as diferenças conceituais entre esses dois processos tornam-se difíceis de definir, já que esses fenômenos não se explicam apenas por meio do tratamento das formas. Sendo assim, uma análise formalista tende a limitar o estudo da multiplicidade de sentidos à homonímia, visto que esta pode ser explicada dentro do sistema linguístico. Contudo, essa abordagem não dá conta da formação e interpretação do sentido por parte dos sujeitos-falantes, razão pela qual se torna difícil diferenciar um caso de homonímia de um caso de polissemia.

Uma vez que os limites entre homonímia e polissemia têm sido considerados tênues por inúmeros estudiosos da linguagem, as considerações a respeito desses processos devem extrapolar os limites da língua, pois somente uma análise que leve em consideração o funcionamento do sentido pode esclarecer essas fronteiras. E mais, não basta apenas que se aborde a questão da significação, é mister que o analista avalie as condições de produção do sentido, não só considerando o contexto imediato no qual o falante está inserido, mas também o contexto sócio-histórico e cultural, assim como os efeitos de sentido estabelecidos entre os interlocutores e as formas através das quais emerge a subjetividade em seus discursos. Ao adotar essa perspectiva, o pesquisador aceita o fato de que, na língua, o sentido das palavras não é uno, mas depende de muitos fatores.

Não estamos dizendo, com isso, que uma análise formalista não é válida, mas sim que uma análise discursiva/enunciativa possibilita estabelecer mais claramente as diferenças entre homonímia e polissemia. O ideal seria o pesquisador levar em consideração aspectos pertinentes a mais de uma teoria, pois isso daria a ele uma visão mais ampla e mais complexa dos dois processos.

Esta dificuldade teórica em estabelecer os limites entre homonímia e polissemia está posta, também, nos livros didáticos. Após a análise de quatro

desses livros, direcionados para o ensino médio, pudemos perceber que os autores evitam tratar de assuntos ligados à significação, já que optam por abordar a multiplicidade de sentidos por meio da homonímia e da ambiguidade e, ainda assim, trazem uma explicação extremamente limitada e superficial. Dos quatro livros analisados apenas um trazia a definição de polissemia em oposição à de homonímia.

Um livro didático tende a ser claro e objetivo para facilitar a compreensão por parte dos alunos, talvez isso justifique a escolha dos autores em lidar com fenômenos que podem ser explicados levando em conta apenas elementos internos à língua. Descrever o processo polissêmico é diferente, pois implica entender não só o sentido das palavras e das expressões, mas também compreender como esse sentido é atribuído pelo falante, e fazer isso não é uma tarefa fácil, visto que se faz necessária uma análise de elementos extralinguísticos.

Outro fator que deve ser levado em consideração e que pode explicar essa tendência dos livros didáticos é a larga tradição pedagógica/gramatical que insiste em entender a língua como apenas um sistema de regras a serem descritas e não como um objeto/instrumento capaz de gerar efeitos de sentido entre sujeitos; a significação é própria de qualquer língua, pois, se a forma é a base da língua, o sentido é a sua essência.

Levando em consideração a análise feita, tivemos certeza de que o livro didático deve ser utilizado apenas como uma ferramenta auxiliar e não deve, de maneira alguma, guiar o trabalho feito em sala de aula. Sendo assim, o ensino carece de professores com uma boa formação e que sejam capazes de refletir sobre a visão limitada apresentada nesses livros, não só no que diz respeito ao funcionamento da significação, mas, sobretudo, no que diz respeito aos critérios que os autores adotam para dar sustentação às práticas pedagógicas que esses livros apresentam.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Emília et al. **Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2010.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARBISAN, Leci Borges. Texto e contexto. **Organon**, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 51-60, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1989.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica**. 2. ed. Campinas: RG, 2008.

CARNERIO, Agostinho Dias. **Redação em construção**: a estrutura do texto. São Paulo: Moderna, 1993.

HOUAIS, Antônio. **Dicionário da língua portuguesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João W. **Semântica**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KEMPSON, Ruth M. **Teoria semântica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

LYONS, John. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

MAIA, Domingues. **Português**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2003.

NICOLA, José de; TERRA, Ernani. **Português**: de olho no mundo do trabalho. São Paulo: Scipione, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 9. ed. Campinas: Pontes, 2010.

_____. Análise de discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: Discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006. P. 13-31.

_____. Texto e discurso. **Organon**. Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 109-116, 1995.

PALMER, Frank. **A semântica**. Lisboa: Edições 70, 1986.

PÊCHEUX, Michel [1969]. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997, p. 61-161.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

ZANDWAIS, Ana. Homonímia e polissemia: o mesmo e o diferente. In: CABRAL, Loni Grimm; GORSKI, Edair (orgs.). **Lingüística e Ensino: reflexões para a prática pedagógica da língua materna**. Florianópolis: Insular, 2005, p. 135-145.

ANEXOS

ANEXO A – Exercício proposto por José de Nicola e Ernani Terra

A teoria na prática

1. "Por ser um instrumento relativamente recente, só agora os pedagogos estão começando a formular as primeiras teorias sobre o uso adequado da rede como fonte complementar na pesquisa estudantil."
(Veja Vida Digital, abr. 2000, n. 16, p. 114.)
Forme verbos derivados respectivamente de:
a) teoria b) uso c) pesquisa
2. Complete as frases seguintes com verbos formados a partir dos substantivos ou adjetivos entre parênteses.
a) Antes de plantar é preciso * o solo. (fértil)
b) Precisamos * muito para fazer o trabalho de Ciências. (pesquisa)
c) O governo quer * os serviços públicos. (racional)
d) Durante a apresentação da peça tivemos de *, pois Ana Paula esqueceu o texto. (improviso)
e) A orientadora veio * que amanhã não haverá aula. (avisar)
f) O canal 23 vai * o jogo, direto do Maracanã. (televisão)
g) Para que * os cabelos se eles são tão bonitos ondulados? (liso)
3. Preencha as lacunas das frases seguintes com a palavra adequada.
a) Heloísa sempre agia com muita *. (descrição /discrição)
b) O feminino de * é dama. (cavaleiro/cavalheiro)
c) A empregada guardou os alimentos na *. (despensa/dispensa)
d) Pelo último *, somos mais de cento e setenta milhões. (censo/senso)
e) O juiz * o réu. (absolveu/absorveu)
4. Observando as regras do emprego do hífen, complete as lacunas com a forma correta.
"Ao contrário dos * (hotéis fazenda/hotéis-fazenda), as fazendas de turismo rural não costumam investir em opções de lazer mais sofisticadas. Elas não têm quadras * (poli-esportivas/poliesportivas), saunas nem * (piscina térmica/piscina-térmica)."
(Viagem e turismo, n. 9, set. 1999, p. 87.)
5. Assinale a alternativa errada quanto ao emprego do hífen.
a) O semi-analfabeto desenhou um semicírculo.
b) O vice-presidente está em estado pós-operatório.
c) O super-homem e a minissaia já são sessentões.
d) Ela afirmava que o ex-namorado era desumano.
e) Posturas antirreligiosas são ultra-arcaicas.
6. Utilize **mal** ou **mau** para preencher corretamente as lacunas das frases seguintes.
a) Você agiu muito * por não repreender aquele * elemento.
b) Tenha a certeza absoluta de que não te quero *.
c) Agora é um * momento para se comprar dólares.
d) Trata-se de uma questão muito * resolvida.
e) Aquele povoado foi atacado por um * terrível.
7. Nas frases abaixo, complete os pontilhados, usando adequadamente **há** ou **a**.
a) Daqui * pouco chegaremos * Maceió.
b) * muito tempo que não vejo Luciana.
c) De São Paulo * Campinas * uma distância de 90 quilômetros.
d) A aula começará daqui * dez minutos.
e) Estou esperando Maria Helena * mais de duas horas.
8. Complete os pontilhados das frases abaixo, usando adequadamente **onde** ou **aonde**.
a) * estão aqueles livros?
b) Não sei * te encontrar.
c) * nos leva tão apressadamente?
d) * você vai amanhã?
e) Não conheço o lugar * vou passar as férias.
9. Complete, usando **por que/ porquê/ porque/ por quê**.
a) Pense nos ideais * batalhamos há tanto tempo.
b) Eles não vieram à reunião*?
c) Não sei * faltaram, mas sei o * da minha saia.
d) Ainda vou descobrir o * dessa polêmica.
10. As frases seguintes apresentam erros. Reescreva-as de modo a se adequarem à modalidade culta.
a) Senão me trouxeres os presentes, ficarei aborrecido.
b) Ela foi de encontro a uma solução para o problema que a afligia.
c) O sinal soará daqui há cinco minutos.
d) A seis meses que não vejo Juliano.
e) Camila queria comprar uma bicicleta nova, mais não tinha dinheiro.

Ver, na página 316, testes e questões de exames sobre o tema deste capítulo.



ANEXO B – Exercícios propostos por Domingues Maia

44

PORTUGUÊS ■ NOVO ENSINO MÉDIO

PRÁTICA DA LINGUAGEM

- 1.** Com o auxílio de um bom dicionário, copie as frases abaixo completando-as com as palavras entre parênteses.
- a) Acabada a cerimônia, os noivos receberam os ■. (comprimentos/cumprimentos)
- b) Qual é o ■ desta parede? (comprimento/cumprimento)
- c) Iremos todos ao ■ sinfônico. (concerto/conserto)
- d) O mecânico terminou o ■ do automóvel. (concerto/conserto)
- e) O diretor mostrou-se ■ com todos: concedeu-nos tudo. (deferente/diferente)
- f) Seu trabalho é ■ dos demais. (deferente/diferente)
- g) Solicitamos uma ■ detalhada da peça. (discrição/descrição)
- h) Como era prudente e reservado, não foi necessário pedir-lhe ■. (discrição/descrição)
- i) Os alimentos estão guardados na ■. (dispensa/despensa)
- 2.** Faça como no exercício anterior:
- a) Requereu ao professor ■ da prova de geografia. (dispensa/despensa)
- b) Era um médico ■ graças às suas pesquisas. (eminente/iminente)
- c) Não se deu conta do perigo ■. (eminente/iminente)
- d) O submarino ■, pois sob as águas estaria mais seguro. (emergiu/imersiu)
- e) Passada a tormenta, o submarino ■ e vimos o sol. (emergiu/imersiu)
- f) A ■ exige o reajuste dos salários. (inflação/infração)
- g) Aquele que avança o sinal de trânsito comete uma grave ■. (inflação/infração)
- h) Aquele que ■ a lei será punido. (infringir/infligir)
- i) O juiz não hesitará em ■ a pena máxima ao traficante de drogas. (infringir/infligir)
- j) O seu trabalho está ■ organizado. (mal/mau)
- l) Ninguém o acusou de ser um ■ profissional. (mal/mau)
- m) Este vinho é ■ do Chile. (precedente/procedente)
- n) Ao tomar posse, prometeu trabalhar tanto quanto o diretor ■. (precedente/procedente)
- o) O diretor divulgou novo documento para ■ os erros do anterior. (ratificar/retificar)
- p) O capitão acaba de ■ a sua licença: ela não será cancelada. (ratificar/retificar)
- q) Compramos os ingressos para a última ■ de cinema. (sessão/seção)
- r) Vá à ■ de pessoal para que façam as anotações na sua carteira de trabalho. (sessão/seção)
- s) Faremos uma longa ■ quando chegarem as férias. (viagem/viajem)
- t) Espero que eles ■ conosco. (viagem/viajem)

PRODUÇÃO DE TEXTOS

Ética

Respeito, interação e responsabilidade



VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Aventuras da família Brasil*, parte 2. Porto Alegre, L&PM, 1993. p. 14.

► O que significa ser pai ou mãe?

ANEXO C – Exercícios propostos por Agostinho Dias Carneiro

2 Indique os sentidos possíveis das palavras em destaque nas frases a seguir.

1. Havia uma lima sobre a mesa. limão e para cortar
2. A caixa caiu no pátio do estacionamento. caixa postal
3. No dia de São Cosme e São Damião deu bolo.
4. Fez a cama logo depois de acordar.
5. Meteu a mão na massa para fazer a comida.
6. O artista pintou o sete no comício da independência.
7. O homem levou tempo para tirar a mesa.
8. Sempre gostei do preto no branco.
9. Não conseguiu a linha que desejava.
10. A empregada botou as mãos nas cadeiras.
11. A saída era difícil. saída de emergência
12. A entrada custou uma fortuna. toilette
13. Vi o jogo na televisão. tabuleiro (xadrez)
14. Suas ações lhe trouxeram riqueza. ações bancárias

15. Comprou balas perto de sua casa. do apartamento de 100 metros

16. Depois de dois meses, perdeu os óculos.

3 Uma forma de evitar a ambigüidade semântica é criar uma expectativa de sentido que reduza a possibilidade de dupla significação. Assim, por exemplo, na frase "O rapaz esqueceu a lima na mesa", se, em lugar de rapaz, colocarmos feirante, nenhum leitor entenderá aí o sentido de ferramenta. Em todas as frases a seguir há ambigüidades. Reduza essa possibilidade, substituindo a palavra em destaque por outra.

1. O freguês esqueceu a carta sobre a mesa.
2. O carregador trouxe a máquina. do apartamento
3. O homem levou tempo para tirar a mesa. do apartamento
4. A cliente não conseguiu a linha que desejava. do apartamento
5. O desconhecido comprou balas perto de sua casa.

4 Um outro modo de evitar a ambigüidade semântica é a substituição do vocábulo causador da ambigüidade por outro de sentido equivalente e não-polissêmico: sinônimos ou hiperônimos. Substitua a palavra em destaque nas frases a seguir pelo hiperônimo de um dos seus sentidos.

1. Estava certo de que suas ações iam trazer-lhe benefícios.
2. Discutiam sobre o banco de sua propriedade.
3. Aquilo não era a cadeira da universidade que mais lhe agradava.
4. Encontrou o corredor preparado para a festa.
5. O gráfico veio da rua com a capa na mão.

5 Em muitos casos a ambigüidade provém de problemas de construção, quando fica impossível distinguir agente e paciente. Identifique os dois sentidos possíveis das frases a seguir.

1. A demissão do ministro foi surpreendente. do ministro para o cargo de ministro
2. A criação do ministério parece ter resolvido problemas. do ministério para o cargo de ministro